

BOLETIM DO NÚCLEO  
CULTURAL DA HORTA



# VARIAÇÕES À RODA DO DESCOBRIMENTO E DO POVOAMENTO DAS FLORES E DO CORVO\*

PEDRO DA SILVEIRA

1. Como no título, isto é tão só um apanhado de variações, ou divagações, no respeitante ao descobrimento como são os povoamentos, o primeiro malgrado, efectivo o segundo, das Flores e do Corvo. Historiador, propriamente, não sou, nem de modo algum pretendo passar por sê-lo. Além da literatura, o que cultivo é a etnografia, em especial o folclore, também a dialectologia. E por isto é que de vez em quando incursiono pelos campos da História, a dos Açores e, em particular, a das Flores e Corvo. O que se vai seguir é, pois, outra incursão minha de não historiador no campo da História. Olhando-se para um mapa do Atlântico, no seu todo ou só a parte do hemisfério norte, com as suas ilhas

e as costas ribeirinhas dos continentes e conjugam o visto com o que foi, desde a conquista de Ceuta em 1415, a expansão portuguesa, os descobrimentos que a ilustram, logo nos salta à ideia a evidência de que, depois do arquipélago da Madeira – a fazer, digamos de estação de ensaio –, eles se processam em dois rumos: para sul, reconhecendo África para além do Bojador e de [?], e logo visando o caminho para a Índia e [?] o noroeste, apontando à terra dos Bacalhaus, ou seja a Terra Nova, e a costa continental vizinha ao Canadá e Estados Unidos. Ora, neste rumo de noroeste, que seria o menos seguido pelos navegadores portugueses, contam-se não só as viagens a partir dos Açores, da Terceira e do Faial, numa delas redescobrimo

---

\* Em Nota do Editor inserta no volume das Actas do III Colóquio *O Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX*, no decorrer do qual se assinalou a ocorrência dos 500 anos do Descobrimento das Flores e do Corvo, consta este registo: “Pedro da Silveira proferiu a Conferência de Encerramento com o título «Variações em torno do Descobrimento e Povoamento das Ilhas das Flores e do Corvo». Pretendendo melhorar o texto apresentado, o conferencista reteve-o, mas prometeu o seu envio a tempo de ser incluído nestas *Actas*. A sua morte não tornou isso possível”.

O arquivo da versão original em ficheiro que se julgava perdido, evidenciando, aliás, algumas deficiências e omissões resultantes das dificuldades na sua transcrição, permite nesta oportunidade promover a publicação daquele que, provavelmente, terá sido o último texto que Pedro da Silveira apresentou em público, por sinal na sua terra natal.

Flores e Corvo, mas também, na mesma época ou antes, os feitos de parceria com dinamarqueses, a partir da Escandinávia. E digo Escandinávia e não apenas Dinamarca porque, no tempo do nosso D. Afonso V e Cristiano I da Dinamarca, a Noruega também tinha este por soberano. E bem pode ser que da colaboração de neutros portugueses às expedições de Dinamarqueses e Noruegueses é que tenha resultado, por exemplo, a viagem, porventura costa americana abaixo, que, antes de Colombo, João Coelho terá feito ao Haiti, dela se ocupou Ferreira de Serpa num estudo que é dos seus melhores mas lamentavelmente mal conhecido. Fora isto, o que sabemos deste navegador – é certamente o mesmo João Coelho – está na obra de Frei Diogo das Chagas, seu parente.

Deixando isto, deveras aliciante, cinto-me ao que ora propus: o achamento das Flores e Corvo no Verão de 1452 por Diogo de Teive e o seu piloto andaluz Pero Vázquez de la Frontera no regresso de uma viagem aos bancos da Terra Nova. Uma viagem esta que pode ter sido ou não pioneira e na qual, a meu ver, mais se destaca o andaluz do que o madeirense Teive. Como se sabe o nome Flores foi dado à ilha maior porque os navegadores a avistaram toda ela florida, pois era o tempo de os cubres estarem em flor, no Verão, até Setembro. Quanto ao

Corvo, a pequena ilha, olhá-la de longe, lembra de facto uma ave escura que estivesse pousada no mar. Não se esqueça, todavia, que nos mapas mais antigos, do Século XIV, como o do Atlas Mediceu, nem a ilha dos *Corvi Marini*, que, aliás, pode corresponder mais às Flores do que ao Corvo ou então às duas ilhas. E há ainda a doação do Corvo, em 1453, a D. Afonso, Duque de Bragança e Conde de Barcelos, na qual melhor do que o Corvo mesmo se entenderá as Flores, isto ainda conduzindo a dito atrás.

Se houve de facto uma doação régia a Diogo de Teive, a carta em que foi feita perdeu-se. O que parece é que o madeirense, tendo as duas ilhas, nada fez por elas além de porventura lá ir ou mandar ir botar alguns gados. No fim de 1452 ele já estava na Madeira, tendo recebido do rei D. Afonso V, o exclusivo do fabrico de açúcar, e logo passou a transportar trigo de Lisboa para Ceuta. Estava, tudo o indica, vocacionado sobretudo para os negócios e menos lhe interessavam povoamentos. E com isto se tem que entre 1452 e 1475, com, de permeio, a doação ao Infante D. Fernando em 1460, ele nada faria no sentido da ocupação efectiva, por colonos, das duas ilhas. Em 1475, João de Teive, filho de Diogo, entretanto falecido, vende-os a Fernão Teles de Meneses, fidalgo do Conselho do Rei e Governador da casa da princesa sua filha,

D. Isabel. E com Fernão Teles é que se entendeu, para as ir povoar, Guilherme da Silveira. Do seu conchavo deve ter havido um documento, um contrato, mas também se perdeu. E agora o caso, como iremos já ver, é que se os Teives privilegiaram os negócios, como o comércio marítimo, e no tocante a descobrimentos o que igualmente rendesse logo, por seu lado o Teles, também empenhado em descobrimentos, não foi muito além deles. Nem ele nem, tendo falecido, a sua viúva, D. Maria de Vilhena, em representação do filho ainda menor do casal, Rui Teles. Ocasionalmente visitados por navegantes viajando desde a Terra Nova e não só, para eles elas eram apenas a possibilidade de uma aguada e de, abatidas algumas reses, o provimento de carne fresca.

2. Em 1474, ou já 75, quando o mesmo D. Afonso V doou as Foreiras, ou Froreiras (Floreiras), isto é, Flores e Corvo, a Fernão Teles, Guilherme da Silveira estaria em Lisboa. Viera de Flandres para o Faial por 1469, aliciado por posse de Utra com boas propostas, mas depressa se desentenderam. E à conta disto é que viera, por se queixar, a Lisboa, aqui se lhe fora oferecendo a possibilidade de ir para as Flores, o que não terá sucedido, é de crer, antes de 1476, lá permanecendo, segundo Gaspar Frutuoso nas *Sauda-*

*des da Terra* e Frei Diogo das Chagas no *Espelho Cristalino*, “cinco anos” ou “passante de dez anos”, sendo os cinco, a meu ver, mais aceitáveis. No que ambos os cronistas coincidem é no local do estabelecimento, o Vale da Ribeira da Cruz e, escreveu Chagas, “com morada e assento em furnas que fez na rocha, que é por aquela parte do tufo, a moda de salas e casas muito grandes”, os quais, acrescenta, viu “sendo rapaz”. Em seguida a isto, o que determinaria a desistência do flamengo, escrevendo frei Diogo que “ele fazia covas na terra, e depois tornava-as a encher, o que ele vendo, disse: tu não te fartes a ti, mal me fartarás a mim; e assim a deixou (a ilha, pois), e se veio com toda a sua gente pelo Caminho das Quatro Ribeiras da ilha Terceira, povoar (sic) o Topo da ilha de S. Jorge. Em Frutuoso lê-se que se veio e por lhe faltar o comércio”, mas deixando-a “semeada”.

A respeito das covas que fazia Silveira tem-se especulado que procuraria metais, segundo alguns prata. Não vou em absoluto contra, mas quer-me parecer é que ele, minando primeiro para amansar terra e dispô-la aos cultivos – não se esqueça que as Flores é uma ilha pedregosíssima –, viu por seus próprios olhos aquilo que notou acerca dos Açores o infante D. Fernando e também se lê no *Espelho Cristalino*. Em suma, o flamengo

bem cedo concluiu que o terreno das Flores era pobre, por lá sujeito a ventos destruidores, e que assim não tiraria dele lucro que se visse. E há o mais, a que já vou.

Guilherme da Silveira, com a gente que levou consigo, muita ou pouca, homens livres e escravos, ou só daqueles, limitou-se ao Vale da Ribeira da Cruz, segundo parece, o seu colono. Porquê? O bem melhor local, ali tão perto, onde depois nasceria Santa Cruz não o atraiu por que razão? Podemos pensar que a proximidade de um curso perene de água, a Ribeira da Cruz lhe dita a escolha, mas isto não chega. O mais aceitável é que ele começaria o seu estabelecimento com escassos meios e que Fernão Teles, tendo-lhe prometido reforços, veio a faltar-lhe com tudo ou quase tudo. Lá o deixa ver Frutuoso, sibilino, naquilo de nas Flores “lhe faltar o comércio”, ora, se depois de Colombo e do descobrimento do caminho marítimo para a Índia e do Brasil o Corvo e as Flores passaram a estar na rota dos navios vindos de Ultramar à Europa, até aí de facto as duas ilhas eram um puro desterro. O muito isolamento, a falta dos meios prometidos pelo Teles e o não poder o Silveira tirar proveito que se visse das suas culturas agrícolas e dos seus gados, carnes, couros, acaso queijo, é que sobretudo pesaram na decisão do abandono. Afigura-se-me que é o mais lógico.

Vindo-se embora, Guilherme da Silveira foi, talvez não imediatamente, para as Quatro Ribeiras e logo o Topo, aqui se estabelecendo em definitivo como um próspero lavrador. Ignora-se quando morar nesta vila de S. Jorge, mas ainda lá vivia em 1510, quando a 12 de Setembro, testemunhou o testamento de um Simão Anes, ou Enes. Neste documento, que o padre Azevedo da Cunha revelou, por si anotado no *Almanaque S. Jorge para 1929* (Primeiro Ano de Publicação), das Velas, e que não entrou no seu livro sobre o Concelho da Calheta, pois se destinaria ao seu sobre o Topo, até hoje por publicar, sucede que ele Silveira não se assina tal, nem Vanderaga, mas sim Guilherme Casmaca, equivalente, está a ver-se, ao Cosmacre das *Saudades da Terra*.

Pois aqui está, no apelido, que não cognome, mas apelido assumido, de Casmaca, o que me atrevo a considerar a indicação de grande feito de Guilherme da Silveira nos Açores. Casmaca ou Cosmacra, é, nem mais nem menos, a aportuguesação do substantivo comum [?], ainda corrente tal como no africânder, seu derivado), Kaasmaker, que em português se traduz – queijeiro. Que pode significar-nos? Por mim, penso que aponta para quem começou em S. Jorge a fazer o queijo até agora típico desta ilha foi precisamente, Guilherme da

Silveira, este que em 1510 se assinou Guilherme Casmaca. É ou não um grande feito seu, a dar-lhe merecida glória? Para mim é mesmo e de valor superior a esses outros que fizeram guerras e as venceram.

Acabando, apenas acrescento agora, digamos uma curiosidade da história já nossa contemporânea. Enquanto se dá o caso de Guilherme da Silveira, indo-se das Flores para se fixar no Topo de S. Jorge e lá dar início ao fabrico do seu típico queijo, virá a suceder que do Topo é que veio para as Flores a arte de aqui imitarem esse queijo. Isso deu-se em 1930 e tantos, quando o lavrador e industrial de lacticínios das Lajes, Manuel de Freitas Lúcio, ou Manuel de Lúcia, como era mais conhecido, mandou vir de lá um prático no seu fabrico e o pôs a trabalhar para si. Um facto histórico que nos é referido na, todavia, muito boa monografia sobre os lacticínios nas Flores e Corvo de Pierluigi Bragaglia, na qual não aparece nunca sequer o nome de Manuel de Freitas Lúcio. Mas tudo me leva a crer que o historiógrafo italiano, a quem as Flores tanto devem, procedeu em completa inocência. Esta faltaria, sim, a informantes seus que lhe sonegaram dados, pretendendo chamar as honras de pioneirismo a outra entidade. Não lhe disseram de Manuel de Lúcia nem do que nas Lajes das Flores chamaram José Queijeiro, de seu nome,

salvo erro, José Costa, por sinal que do Topo de S. Jorge para onde foi Guilherme da Silveira.

**3.** Em 1503 Flores e Corvo continuavam comprados então as duas ilhas à viúva de Fernão Teles, com a anuência do filho menor e herdeiro dela, Rui Teles, de quem já disse, pelo fidalgo eborense João da Fonseca, no ano seguinte confirmado na donataria por D. Manuel, logo ele trataria de as mandar povoar. Mas nisto Fonseca não procedeu, penso só por sua decisão, devendo ter sido o rei a ditar-lhe. À conta disto, limitemo-nos a passar em revista os acontecimentos da última década do século havia pouco feito em matéria de descobrimentos e com eles se prendendo. E assim temos, em 1492, a primeira viagem de Colombo, em 1494 o Tratado de Tordesilhas pelo qual os reis ibéricos se partilham o mundo, em 1498 a chegada de Vasco da Gama à Índia e em 1500 o descobrimento do Brasil por Álvares Cabral. Mas há mais, também considerável, no seguimento da viagem, sim ou não pioneira de Teive e Vásquez à Terra dos Bacalhaus: as outras de navegadores nossos, seguindo o mesmo rumo do Noroeste, como João Álvares Fagundes, Pero de Barcelos, João Fernandes Labrador e os filhos de João Vaz Corte Real, ele também nauta. Sem falar dos a partir da Escandinávia, de portugueses com

dinamarqueses, dos quais se ocupou Sofus Larsen no estudo que Jaime Cortesão traduziu. E já agora refiro também João Coelho, que alcançaria o Haiti antes de Colombo e do qual se ocupou Ferreira de Serpa num trabalho pouco conhecido e injustamente menosprezado. Tudo isto é de ser considerado no historial dos descobrimentos portugueses pré e um pouco pós-columbianos. E tem que ver, não o duvido, com a decisão última de se povoarem Flores e Corvo. Como se sabe, nos tempos da vela os navios vindos do Atlântico para a Europa, do Sul ou de Ocidente, faziam, completa ou só em parte, a chamada volta redonda, que os trazia à altura das duas ilhas, de aqui seguindo aos seus destinos finais, ibéricos ou mais a Norte. Note-se, com isto, que ao Corvo chegou a chamar-se Ilha do Marco. A estátua apontando para Ocidente é outra história, que não trarei agora à conversa.

Carlos de Mesquita, ao publicar no *Arquivo dos Açores* a parte do *Espelho Cristalino* respeitante às Flores e Corvo, mencionou os anos entre o de 1508 e o de 1510 como os mais prováveis de povoamento. Mas talvez seja de recuar, se não a 1505, a 1506 ou 1507. E agora, pesadas as razões de fracasso de Guilherme da Silveira – ou de Fernão Teles, não o apoiando devidamente –, em vez de concentrado, o novo povoamento terá sido

feito em vários locais à roda das Flores, indo Antão Vaz com a sua gente para o Corvo. A toponímia da ilha maior oferece-nos, quanto a isso, pistas não desdenháveis: fajãs de Pedro Vieira e de Lopo Vaz, ilhéus de Álvaro Rodrigues e de Maria Vaz, que todos são nomes de povoadores. Com, mais, a Fajã de António Carneiro, que se crismaria do Conde, decerto aludindo a Conde de Santa Cruz, D. Francisco Mascarenhas. É a Fajã de Leguarde, hoje dita de Guarda? Ou a ponta de Albarnaz, um Albarnaz que seria, como os que sabemos, Alvernaz? Quanto ao Ilhéu de João Martins, ilhéu ou baixa, ali próximo, a sua denominação prende-se ou não com o navegador.

Não se sabe muito, de seguro, sobre as origens, no Continente do reino, dos primeiros habitantes destas ilhas. James Dias Rodovalho era de Viana do Alentejo, onde a sua família teve estatuto de nobre, e como ele outros vindos para as Flores provinham do Alentejo, enquanto os Fragas são dados como de Braga ou africanos. A este respeito, não esqueçamos que em Espanha há o topónimo Fraga, além de que na Galiza o cognome existe. E vindo agora a Galiza, temos os Nóias e que lá existe a Vila e a ria de Nóia.

A respeito, porém, de galegos ou seus descendentes cá, tenhamos presente o acontecido após a Batalha de Toro,



com a conseqüente paz estabelecida entre Espanha e Portugal. É que não poucos dos partidários de D. Joana se refugiaram em Portugal, no decorrer da guerra e após. Indesejados logo, até da parte de Espanha, não acontecesse quererem voltar à luta, a solução para o caso por nossa parte bem pode ter sido afastá-los para o Ultramar: Madeira, Açores e Cabo Verde. Nos Açores, o Pico, com os Madrugas e os seus muitos Garcias, temos claro sinal deles. Nas Flores, além dos Nórias outros oriundos da Galiza terão engrossado o rol dos povoadores. Tanto na toponímia da ilha como na fala da sua gente isso se adivinha. Cito apenas, para ser breve, a pronúncia *uã* por *uma*, ainda vulgar, e o adjectivo, bem galego, mas também corrente em parte de Trás-os-Montes e no Alto Minho, *curzidozo*. Acrescento que também às Flores viriam ter Catalães, acaso ligados à tentativa falhada de cultivo da cana-de-açúcar. O Leguarde que deu nome à Fajã ao pé da Caldeira pode ser um deles, talvez o nome que de raspão se refere Frutuoso ocupando-se de Santa Maria. Quanto aos Corvelos, só chegaram a estas bandas já no século XVII por um padre mariense colocado no Corvo como pároco e que ali deixou descendência. Mas este já era, também ele, um descendente em quarto ou quinto grau. Assim, a esse respeito o que se evidencia é um

catalanismo, que se mantém ainda agora vivo: *mezinha*, por veneno (cat. Metzina). E João Saramago registou no Corvo o substantivo catalunho, designando o rapaz travesso e, retrospectivamente, os piratas que assaltavam a ilha. Concluindo isto, os judeus, que no Reino embora cristalizados se sentiam menos seguros e, portanto, punham entre si e o continente a defesa do mar. Vestígios deles achamo-los, por exemplo, em orações como aquela recolhida por Jacob Tomás onde se referem *tabas* e *mastabas*. Recorrendo a Frutuoso e Chagas e outrossim olhando para a maior incidência comum de certos antropónimos nas províncias de Portugal e aqui, podemos pensar que bastantes dos emigrados para cá provieram do norte, em especial de Entre-Douro e Minho. Exemplificando, temos Freitas, Facha, Barcelos, ou Avelar, cognomes vindos da toponímia e, bem típicos do Minho, Fagundes, Maciel e o patronímico Gonçalves. Lembrava outra vez a origem de Gomes Dias, o Alentejo apresenta-se-nos concretamente também nos privados, oriundos de Moura e, claro, os Serpas; enquanto os Valadões são indicados por genealogistas como do Barreiro, portanto de a sul do Tejo. De todo o modo, a maioria dos vindos para as Flores e Corvo com Gomes Dias Rodovalho provinham da Terceira, alguns de S. Miguel,

como um Soares fixado no Lajedo, e outros da Madeira.

Sobre os lugares de povoamento, é de admitir que, mais ou menos, correspondem às vilas, freguesias e lugares actuais. A Ribeira da Cruz ao pé da qual morou Guilherme da Silveira já não teve, é de admitir, novos vizinhos, que prefeririam a Caveira, talvez por mais ao abrigo das incursões dos piratas. Mas há um topónimo Ribeira das Casas, que faz pensar em ter sido aqui que primeiro se habitou a Fajã Grande.

Foi rápido o povoamento quinhenista das Flores? E o Corvo? Ao retirar-se daqui Antão Vaz ficaria habitado apenas pelos escravos que o tinham acompanhado? À falta de documentos e de testemunhos coevos que deponham, a resposta deve cingir-se ao que trazem Frutuoso e Chagas. Agora, quanto às Lajes já terem estatuto de Vila em 1515, isto é a uma década ou menos do início do povoamento, embora aceitando o dito por Silveira Macedo e, por ele, Urbano de Mendonça Dias, melhor, pelo Padre Santos Peixoto apoiado num documento que terá visto, devemos aceitá-lo *sub conditione*: era ali que então residia, com o capitão-mor e outras autoridades, o governo das duas ilhas. Como os outros lugares já povoados de roda das Flores, as Lajes seriam apenas um minúsculo agrupamento de casas palhaças, com

sua igrejinha também provisória. Já agora, para quando a publicação do documento que Santos Peixoto terá encontrado no Cartório dos Orfãos da Praia da Terceira? E que outros importantes para as Flores e Corvo aí estarão, ou já no Arquivo de Angra? Outros igualmente importantes [...]. essa pestezinha da criptoméria – até nos racha! – o equivalente em madeira, de cimento substituídos, igualmente reposto, da pedra que tanto nos abunda. E com este desabafo me calo.

#### BIBLIOGRAFIA (só alguma) utilizada

- CHAGAS, Frei Diogo das Chagas – *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, Braga, 1989.
- CORTESÃO, Jaime – *A Viagem de Diogo de Teive e Pero Vasquez de La Frontera ao Banco da Terra Nova em 1452*, Lisboa, 1933 (sep. do Arquivo Histórico da Marinha I, n.º 1).
- IDEM – *Os Descobrimentos Pré-Colombinos dos Portugueses*, Lisboa, 1966.
- FRUTUOSO, Gaspar – *Livro Sexto das Saudades da Terra*, Ponta Delgada, 1963.
- LARSEN, Sopus – *Dinamarca e Portugal no século XV*, trad. de Jaime Cortesão, Lisboa, 1983 (mas impressa antes de Março de 1927, sendo a ed. Original de Copenhaga, 1919).
- IDEM – *The Discovery of North America Twenty years before Columbus*, Copenhaga, 1924.